

**CARTA EM APOIO A COMUNIDADE TRADICIONAL DE CAJUEIRO
(MARANHÃO)**

Vimos através desta carta afirmar a responsabilidade científica e social adstrita às relações de pesquisa estabelecidas com os moradores da comunidade tradicional de Cajueiro e manifestar nosso apoio e solidariedade às famílias ameaçadas.

Os pesquisadores colocam-se contra quaisquer medidas que contrariem os dispositivos constitucionais e as convenções de proteção às comunidades tradicionais ratificadas pelo governo brasileiro, tal como a convenção 169 da OIT.

Os pesquisadores se colocam contra o processo de expulsão de moradores a ser executado pela polícia do Maranhão em cumprimento da Reintegração de Posse em favor da empresa Terminal de Uso Privado TUP- WPR e contra as arbitrariedades e atos de violência contra a comunidade, referentes à decisão de desapropriação de mais de 20 famílias de suas casas, as quais serão impedidas de plantar, coletar e pescar.

A comunidade do Cajueiro, hoje ameaçada pela instalação do empreendimento, há 21 anos possui o título condominial concedido aos moradores pelo Instituto de Colonização e Terras do Maranhão (ITERMA). Desde final da década de 1980, aproximadamente, vem sofrendo ameaças de deslocamento compulsório em decorrência da instalação de um “Polo Siderúrgico” na área, que, desde então, instaurou sentimento de insegurança tanto no Cajueiro como nas outras comunidades que compõem o território.

Desde 2014, um consórcio de empresas tenta construir o porto, e, ao longo desse processo, inventaria-se: destruição arbitrária de casas; pressão para venda de alguns terrenos; utilização de seguranças privados contratados pelo empreendimento; medo e insegurança nos moradores; instalação de bloqueios em áreas de circulação e vivência na comunidade; desmatamentos de babaçuais; aterramento de mangues e igarapés. E agora, em 2019, a ordem para desapropriação de mais de vinte famílias.

Manifestamos, portanto, através dessa carta apoio irrestrito a essa comunidade e solicitamos o apoio de outras entidades científicas contra essas medidas arbitrárias e de desrespeito aos direitos dos povos e comunidades tradicionais.

São Luís, 13 de agosto de 2019

Projeto Nova Cartografia Social e Política da Amazônia (PNCOSA)

Grupo de Pesquisa: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente
(GEDMMA)